



II.5.B LEGISLAÇÃO AMBIENTAL APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO

II.5.B.1 Introdução

Este capítulo apresenta um exame da legislação aplicável à atividade de produção de petróleo e gás natural no Bloco BC-10, Bacia de Campos, com ênfase para as questões ligadas ao licenciamento e às medidas de controle e proteção ambiental necessárias ao bom desempenho do empreendimento.

Tendo em vista a diversidade de temas a serem abrangidos neste documento, este capítulo está estruturado por assuntos que abordarão os aspectos legais referente à atividade em questão, ao licenciamento ambiental, e às demais questões ambientais que sejam relevantes para projeto. Ao final deste capítulo, uma tabela listará toda a legislação ambiental pertinente ao empreendimento. A apresentação da legislação se fará pela ordem hierárquica das normas, isto é, mencionando primeiramente leis, em seguida decretos, resoluções, portarias e por fim, instruções técnicas.

Aspectos Legais da Atividade de Exploração e Lavra de Jazidas de Combustíveis Líquidos e Gás Natural

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) dispõe no art. 177, que a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos constituem monopólio da União. Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 09/95 flexibilizou este monopólio permitindo à União contratar com empresas estatais ou privadas para a realização destas atividades, observadas as condições estabelecidas em lei.

A Lei nº 9.478/97, conhecida como Lei do Petróleo, foi promulgada justamente para regulamentar a alteração introduzida pela EC nº 3/95. Esta lei dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). A grande inovação que esta lei trouxe foi permitir que a exploração de jazidas de petróleo e gás natural, bem como o transporte por meio de condutos destes recursos fosse exercido por empresas brasileiras mediante concessão ou autorização (art. 5º da Lei nº 9.478/97)

Dentre os princípios da Política Energética Nacional, a Lei do Petróleo elegeu os princípios da proteção do meio ambiente e da conservação de energia. Neste sentido, é fundamental que todo empreendimento de energia observe as normas ambientais, para atender também aos preceitos da Política Energética Nacional.

A ANP é o órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis, sendo vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Além disso, tem como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe, dentre outros, elaborar os editais e promover as



licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução.

A Lei do Petróleo estabelece todas as regras para a exploração e produção de petróleo e gás natural em território nacional, trata dos contratos de concessão e das licitações para estas concessões. Dentre as regras há a obrigação do concessionário adotar, em todas as suas operações, as medidas necessárias para a conservação dos reservatórios e de outros recursos naturais, para a segurança das pessoas e dos equipamentos e para a proteção do meio ambiente.

Para dar efetividade ao art. 20, § 1º da CF/88, o qual estabelece que é assegurada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural ou compensação financeira por essa exploração, a Lei do Petróleo trata das participações governamentais, previstas no edital de licitação, as quais podem ser: bônus de assinatura; *royalties*; participação especial; e pagamento pela ocupação ou retenção de área.

Dispõe o art. 47 que os *royalties* serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a dez por cento da produção de petróleo ou gás natural. Os critérios para o cálculo do valor dos *royalties* serão estabelecidos por decreto do Presidente da República, em função dos preços de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, das especificações do produto e da localização do campo.

Além de todas as regras estabelecidas na Lei do Petróleo os empreendimentos ainda estão sujeitos às Portarias da ANP e todas as normas ambientais vigentes no país, especialmente as que tratam do licenciamento das atividades relacionadas à exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural e dos incidentes de poluição por óleo. Tanto o assunto sobre licenciamento ambiental, como as normas sobre poluição por óleo serão desenvolvidos, especificamente, em outro item deste capítulo, devido à sua relevância neste processo de licenciamento ambiental.

Aspectos Legais da Poluição por Óleo

Como mencionado anteriormente, toda a legislação que trata dos incidentes de poluição por óleo deve ser observada pelo empreendedor. A prevenção da poluição das águas marítimas é objeto de várias convenções internacionais dada a sua importância mundial. A primeira delas foi a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, de 1969. Depois desta outras convenções internacionais trataram desta matéria, como a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios (concluída em Londres, em 2 de novembro de 1973) e a Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo (assinada em Londres, em 30 de novembro de 1990). Estas convenções foram incorporadas



à legislação brasileira por meio do adequado processo de incorporação dos tratados internacionais ao sistema jurídico nacional.

A lei nº 9.966/00 é a principal norma sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição. Esta lei também tem a finalidade de implementar três convenções internacionais: **(i)** Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios (concluída em Londres, em 2 de novembro de 1973); **(ii)** Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo (assinada em Londres, em 30 de novembro de 1990); e **(iii)** Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, de 1969.

É importante mencionar, ainda, o Decreto nº 4.871/03 que dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo, e a Resolução CONAMA nº 293/01 que dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo e orienta a sua elaboração. Cabe ressaltar, entretanto, que esta Resolução está sendo revista pelo Ministério do Meio Ambiente com participação do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP).

Por fim, é importante citar a Portaria ANP nº 03/03 (alterada pela Resolução ANP nº 40/04) que estabelece o procedimento para comunicação de incidentes, a ser adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer as atividades de exploração, produção, refino, processamento, armazenamento, transporte e distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural.

A Legislação Ambiental Brasileira e o Licenciamento Ambiental

A preocupação com o meio ambiente vem crescendo no mundo inteiro. Os países estão mais conscientes da necessidade de preservar os recursos naturais, utilizando-os de forma racional. No Brasil, a questão ambiental também tem ocupado posição de destaque na discussão do desenvolvimento nacional. Neste sentido, o exercício de atividades econômicas deve ser acompanhado de ações de proteção ambiental, de forma a garantir que o desenvolvimento econômico seja ecologicamente sustentável.

O marco legal da proteção e defesa do meio ambiente no Brasil se deu com a promulgação da Lei 6.938/81 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Além de estabelecer princípios e regras de proteção ambiental, introduziu diversos instrumentos preventivos e corretivos, dentre eles o licenciamento ambiental.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 (CF/88), recepcionando a Lei 6.938/81, conferiu um capítulo inteiro ao meio ambiente, estabelecendo regras e princípios que passaram a informar o Direito Ambiental Brasileiro. Dentre os princípios ambientais estabelecidos na PNMA e recepcionados pela CF/88



destaca-se o princípio do estudo prévio de impacto ambiental como um dos princípios mais importantes.

De acordo com o art. 2º, V, da Resolução CONAMA nº 001/86 e art. 3º da Resolução CONAMA nº 237/97, a licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente dependerá de prévio Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA).

O Estudo de Impacto Ambiental está previsto de forma expressa no §1º do art. 225 da CF/88, no art. 9º, inc.III da Lei nº 6.938/81 e na Resolução CONAMA nº 001/86. Sua aplicação se dá antes do início da atividade e sua relevância é clara uma vez que tem por objetivo a prevenção de danos ambientais. Assim, antes da realização de qualquer atividade potencialmente poluidora é imperativo fazer o planejamento e a avaliação dos possíveis impactos ambientais que possam ocorrer.

Ressalta-se que o objetivo do EIA/RIMA é servir de instrumento para que o órgão licenciador possa verificar se há possibilidade concreta de compatibilização de desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade ambiental. A partir de uma análise objetiva do estudo a equipe técnica do órgão licenciador verificará se o empreendimento preenche os padrões ambientais estabelecidos na legislação, isto é, a qualidade ambiental não é um padrão abstrato, mas exatamente o que está previsto nos atos normativos.

Além disso, as Resoluções CONAMA nº 001/86, nº 009/87 e nº 237/97 que tratam respectivamente da publicação, da audiência pública e do licenciamento, conferem publicidade ao estudo. Estas normas garantem que o EIA/RIMA não seja apenas uma peça burocrática e técnica mas também um instrumento que torne o processo decisório o mais democrático possível.

É importante verificar que este estudo também norteará a tomada de decisões assim como as medidas compensatórias e mitigadoras necessárias, contribuindo para orientar a ocupação territorial e ordenar a exploração racional dos recursos naturais. Neste sentido, o EIA/RIMA não deve apresentar genericamente a operação, mas sim de forma detalhada para que possa cumprir sua dupla finalidade: **(i)** avaliar os impactos de um determinado empreendimento, propondo medidas mitigadoras e compensatórias e subsidiando o processo de licenciamento; e **(ii)** servir como documento democrático para a discussão com a sociedade.

No que diz respeito ao processo de licenciamento ambiental o CONAMA buscou dar um tratamento normativo especial às atividades de exploração, perfuração e produção de petróleo e gás natural (EXPROPER) editando a Resolução CONAMA nº 23/94. De acordo com esta Resolução o licenciamento das atividades de EXPROPER possui características próprias, como as Licenças Prévias de Perfuração (LPper) e de Produção para Pesquisa (LPpro), além das



Licenças de Instalação e de Operação também previstas no licenciamento ambiental regulado pela Resolução CONAMA n 237/97.

Os estudos ambientais que devem subsidiar este processo de licenciamento são:

RESOLUÇÃO CONAMA	LICENÇAS	ESTUDOS AMBIENTAIS	ATIVIDADE	AUDIÊNCIA PÚBLICA
23/94	LPper	RCA	Perfuração	–
	LPpro	EVA	Produção para pesquisa da viabilidade econômica	–
	LI	EIA/RIMA ou RAA	Instalação das unidades e sistemas necessários à produção e ao escoamento	Resolução CONAMA 009/87
	LO	PCA	O início da operação do empreendimento	–

Estas regras eram usadas pelos órgãos ambientais para todos os processos de licenciamento ambiental de atividade de produção de petróleo e gás natural. Entretanto, revendo este procedimento o IBAMA chegou à conclusão que para a etapa de exploração comercial das jazidas de petróleo seria necessária a obtenção da Licença Prévia nos moldes da Resolução CONAMA nº 237/97. A LP deverá ser posteriormente complementada pela emissão de licenças específicas para as etapas de Perfuração, Instalação e Operação.

De acordo com a Resolução CONAMA nº 237/97 a LP é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento. O órgão ambiental vai aprovar a concepção do projeto, vai atestar a viabilidade ambiental a partir da análise dos possíveis impactos ambientais e estabelecerá os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. Para os empreendimentos de significativo impacto ambiental, nos termos das Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97, a elaboração do EIA é condicionante para a obtenção da LP.

Em seguida, após analisar as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes estabelecidas na LP, o órgão ambiental expedirá a LPper e posteriormente a LI, autorizando a instalação do empreendimento. Ressalta-se que é fundamental observar as condições, restrições, exigências e medidas de controle ambiental estabelecidas na LI para dar início à obra. O não atendimento às imposições do órgão ambiental licenciador pode dar ensejo à cassação da licença, responsabilidade civil e administrativa e, em certos casos, responsabilidade penal.

Por fim, a LO será concedida após a verificação do efetivo cumprimento das condicionantes das licenças anteriores, autorizando a operação do empreendimento. Cumpre lembrar que a construção, instalação e operação de qualquer atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental é crime ambiental nos termos do art. 60 da Lei de Crimes Ambientais – Lei nº 9.605/98.



É importante ressaltar, ainda, que o IBAMA promoverá a realização de audiências públicas durante o período de análise do EIA/RIMA.

Com relação à competência para proceder ao licenciamento, em regra geral, cabe ao órgão estadual, integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), proceder ao licenciamento ambiental, como dispõe o art. 10 da Lei nº 6.938/81. Entretanto, para os empreendimentos e atividades, com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, isto é, localizados ou desenvolvidos em dois ou mais Estados, a competência para o licenciamento é do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – órgão executor do SISNAMA, nos termos do art. 4º da Resolução CONAMA nº 237/97.

Dentre as atividades que devem ser licenciadas pelo IBAMA, estão aquelas localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em Unidades de Conservação do domínio da União. Como a maior parte dos blocos de petróleo encontram-se na Plataforma Continental Brasileira, o licenciamento ambiental das atividades de sísmica, exploração e produção é feito pelo IBAMA. A Portaria IBAMA nº 166-N, de 15/12/1998 criou o Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear (ELPN), localizado na cidade do Rio de Janeiro, RJ que é o local competente para o licenciamento ambiental da atividade de exploração comercial de petróleo.

Importa ressaltar que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente (CF, art.23, VI) e é competência da União e dos Estados e do Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, conservação da natureza, defesa do dolo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição, dentre outros (CF, art. 24, VI). Além disso, compete ao Município legislar supletivamente sobre assuntos de interesse local.

Isto quer dizer que os Estados e Municípios têm plena competência para legislar em matéria ambiental, desde que não contrariem preceitos estabelecidos nas normas federais. Por outro lado, a competência executiva para proteger o meio ambiente é comum, isto é, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem e devem fiscalizar e fazer cumprir as normas ambientais ainda que estas sejam federais. Desta forma, qualquer destes entes pode promover ações de responsabilidade contra aqueles que não observarem a legislação ambiental em vigor.

Por fim, cabe mencionar que os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo se encontram na área de influência do empreendimento em questão. Estes estados possuem em suas respectivas Constituições Estaduais um capítulo inteiro dedicado ao meio ambiente. Todas as diretrizes federais referentes ao licenciamento ambiental com base no EIA/RIMA, no princípio da publicidade e com balizamento de audiência pública foram absorvidas por estas constituições estaduais.



Além disso, estes Estados possuem órgão de controle e fiscalização do meio ambiente com poder de polícia para fazer valer as normas estaduais e federais em vigor.

Aspectos Legais da Compensação Ambiental

Outro aspecto relevante do EIA/RIMA é servir de instrumento para fins de compensação ambiental. A Lei nº 9.985/00, conhecida por Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) determina no art. 36 que nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão competente, com fundamento no EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral.

A mencionada lei determina, ainda, no §1º do art. 36 que ele deverá destinar não menos do que 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, conforme percentual a ser fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

Fica claro que não é a simples exigência do EIA/RIMA que vai determinar a incidência da medida compensatória da Lei do SNUC, e sim a análise multidisciplinar daquele estudo, que compete ao órgão licenciador. Sem embargo, cumpre ressaltar que a análise do grau de impacto de cada empreendimento, observando-se o que dispõe o Decreto nº 5.566/05 é a metodologia adequada para a fixação da compensação ambiental.

Neste sentido, vale esclarecer que o valor da compensação ambiental não deve ser calculado levando-se em conta o tamanho do empreendimento mas sim o grau de impacto ambiental do mesmo. Ressalta-se que de acordo com a CF/88 aquele que causa danos ao meio ambiente tem, prioritariamente, a obrigação de repará-los e não a obrigação de compensá-los. A compensação financeira por danos ambientais só deve ter lugar no caso da impossibilidade da reparação/mitigação do dano.

Desta forma, a compensação ambiental só é devida nas hipóteses em que, ao analisar os impactos de um determinado empreendimento, o órgão ambiental verifique que dele decorrerão danos ao meio ambiente que não poderão ser reparados de forma adequada. Entretanto, na análise de custo e benefício da implantação do projeto, a administração entende que o balanço é favorável e que o empreendimento deve ser licenciado. Nestes casos, a compensação se justifica, pois representa um ganho ambiental em uma área não impactada (Unidade de Conservação) de forma a compensar os danos não reparáveis.

Por fim, o Decreto nº 4.340/02 que regulamenta a Lei do SNUC institui no âmbito dos órgãos licenciadores câmaras de compensação ambiental, compostas por representantes do órgão, com a finalidade de analisar e propor a aplicação da



compensação ambiental, para a aprovação da autoridade competente. Além disso, a lei determina a ordem de prioridade da aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental.

Aspectos Legais das Unidades de Conservação

A Lei nº 9.985/00 criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação que são definidas como espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (art. 2º, I, Lei nº 9.985/00).

Assim, Unidades de Conservação são áreas protegidas que por suas características físicas, biológicas e socioculturais merecem receber um tratamento diferenciado do Estado por meio de regimes especiais de administração, mediante um manejo adequado.

São diversas as finalidades das Unidades de Conservação, dentre elas a preservação da diversidade biológica, a proteção de monumentos naturais e belezas cênicas, a promoção da pesquisa científica, da educação ambiental e do turismo ecológico. Diante da existência de objetivos diversos de conservação, foi necessário criar tipos diversos de Unidades de Conservação. Daí surgiu o conceito de Sistema de Unidades de Conservação, entendido como o conjunto organizado de áreas naturais protegidas, na forma de Unidades de Conservação que, planejado, manejado e administrado como um todo, é capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação.

A lei do SNUC dividiu as Unidades de Conservação em dois grupos com características específicas: (i) unidades de proteção integral que inclui a Estação Ecológica, a Reserva Biológica, o Parque Nacional, o Monumento Natural e o Refúgio da Vida Silvestre; e (ii) unidades de uso sustentável que inclui a Área de Proteção Ambiental, a Área de Relevante Interesse Ecológico, a Floresta Nacional, a Reserva Extrativista, a Reserva de Fauna, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Reserva Particular do Patrimônio Nacional.

Essa mesma lei definiu os procedimentos de criação, de alteração e de supressão das unidades de conservação. Estabeleceu, ainda, a compensação ambiental, a obrigatoriedade de todas as UC's de dispor de um plano de manejo, as zonas de amortecimento e corredores ecológicos. Discorre, também sobre questões de direito de propriedade, direitos e deveres da população tradicional das UC's, do acesso público às UC's e do desenvolvimento de pesquisas científicas nas UC's.

É importante destacar que nos termos do §3º do art. 36 da Lei do SNUC, quando o empreendimento afetar Unidade de Conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento ambiental do empreendimento só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a



unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

Aspectos Legais da Proteção da Fauna

A tutela jurídica da fauna se iniciou quando a caça e pesca passaram nos últimos séculos a serem exercidas de forma predatória, com graves efeitos sobre a biodiversidade. Assim, foram instituídos os Códigos de Pesca (Decreto-Lei nº 221/67) e de Caça (Lei nº 5.197/67), ambos do mesmo período. O Código de Pesca trata da fauna aquática sob o prisma da atividade econômica, sem inserir a variável ambiental, ao contrário do Código de Caça que dispõe efetivamente sobre a proteção da fauna. A proteção legal da fauna só se tornou eficaz, entretanto, quando a legislação passou a proteger também a flora e os ecossistemas de forma geral.

Hoje, há previsão constitucional para a proteção da fauna (art. 225, caput, §1º, VII, CF/88) que junto com a flora são vistos como meio de assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente equilibrado, estando vedadas, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Não haveria efetividade nestas normas ambientais se o desrespeito às mesmas não constituísse crime ou infração administrativa. Assim, é comum que os diplomas legais prevêem penalidades para a não observância da legislação ambiental. Os crimes contra a fauna previstos nos Códigos de Pesca e de Caça foram consolidados na Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605/98 e no Decreto nº 3.179/99 prevê sanções administrativas a várias condutas lesivas à fauna.

O Ministério do Meio Ambiente, considerando os compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção sobre Diversidade Biológica e à Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, o disposto na Lei de Crimes Ambientais, no Código de Caça, no Código Florestal e no Decreto nº 3.179/99; e considerando também os princípios e as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Biodiversidade, constantes do Decreto nº 4.339/02, promulgou a Instrução Normativa MMA nº 03, de 27/05/2003, dispondo sobre as Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção.

As espécies constantes da lista, anexa à mencionada Instrução Normativa, ficam protegidas de modo integral, de acordo com o estabelecido na legislação vigente. A inobservância desta Instrução Normativa sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei de Crimes Ambientais e no Decreto nº 3.179/99. Além destes diplomas legais, o IBAMA.

**QUADRO DE LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO EMPREENDIMENTO**

PETRÓLEO	
Lei nº 5.811, de 11/10/1972	Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.
Lei nº 7.990, de 28/12/1989	Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências.
Lei nº 9.478, de 6/08/1997 e alterações (Lei nº 9.990/00 e Lei nº 10.202/01)	Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.
Lei nº 9.966, de 28/04/2000	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
Lei nº 10.847, de 15/03/2004	Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e dá outras providências.
Decreto nº 96.000, de 02/05/1988	Dispõe sobre a Realização de Pesquisa e Investigação Científica na Plataforma Continental e em Águas sob Jurisdição Brasileira, e sobre Navios e Aeronaves de Pesquisa Estrangeiros em Visita aos Portos ou Aeroportos Nacionais, em Trânsito nas Águas Jurisdicionais Brasileiras ou no Espaço Aéreo Sobrejacente.
Decreto nº 2.455, de 14/01/1998	Implanta a Agência Nacional do Petróleo - ANP, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dá outras providências.
Decreto nº 2.705, de 03/08/1998 (alterado pelo Decreto nº 3.491, de 29/05/2000)	Define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais de que trata a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.
Decreto nº 2.851, de 30/11/1998	Dispõe sobre programas de amparo à pesquisa científica e tecnológica aplicados à indústria do petróleo, e dá outras providências.
Decreto nº 2.953, de 28/01/1999	Dispõe sobre o procedimento administrativo para aplicação de penalidades por infrações cometidas nas atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis, e dá outras providências.
Decreto nº 3.520, de 21/06/2000	Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e dá outras providências.
Decreto nº 4.136, de 20/02/2002	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.
Decreto nº 4.871, de 06/11/2003	Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

continua



continuação

PETRÓLEO	
Decreto nº 4.925, de 19/12/2003	Institui o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 23, de 7/12/1994	Institui procedimentos específicos para o licenciamento das atividades relacionadas à exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural.
Resolução MME nº 01, de 07/11/2000	Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.
Resolução CNPE nº 08, de 21/07/2003	Estabelece a política de produção de petróleo e gás natural e define diretrizes para a realização de licitações de blocos exploratórios ou áreas com descobertas já caracterizadas, nos termos da Lei nº 9.478, de 06/08/1997.
Resolução ANP nº 05, de 20/02/2004	Estabelece que a Audiência Pública é instrumento de apoio ao processo decisório e será realizada previamente à edição de atos regulatórios e anteprojeto de lei, propostos pela ANP que afetem os direitos de agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo, e dá outras providências.
Portaria MME nº 215, de 01/07/1998	Aprova o Regimento Interno da Agência Nacional de Petróleo - ANP, anexo à Portaria.
Portaria ANP nº 170, de 26/11/1998	Dispõe sobre construção, a ampliação e a operação de instalações de transporte ou de transferência de petróleo, seus derivados e gás natural, inclusive líquido (GNL), dependem de prévia e expressa autorização da ANP.
Portaria ANP nº 188, de 18/12/1998	Estabelece as definições para a aquisição de dados aplicados à prospecção de petróleo.
Portaria ANP nº 10, de 13/01/1999	Estabelece os procedimentos para a apuração, pelos concessionários das atividades de produção de petróleo, gás natural ou ambos, da participação especial prevista no art. 50 da Lei nº 9.478, de 06.08.97, em complementação ao capítulo VII do Decreto nº 2.705, de 03.08.98.
Portaria ANP nº 09, de 21/01/2000	Aprova o Regulamento Técnico de Reservas de Petróleo e Gás Natural, em anexo, o qual define os termos relacionados com as reservas de petróleo e gás natural, estabelece critérios para a apropriação de reservas e traça diretrizes para a estimativa das mesmas.
PORTARIA ANP nº 104, de 20/04/2000	Regulamenta o procedimento de inspeção de instalações de base de distribuição, de armazenamento e de terminal de distribuição derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP e outros combustíveis automotivos, com a finalidade de avaliar a conformidade das mesmas com a legislação e normas de proteção ambiental, segurança industrial e das populações.
Portaria ANP nº 90, de 31/05/2000	Aprova o Regulamento Técnico do Plano de Desenvolvimento que define o conteúdo e estabelece procedimentos quanto à forma de apresentação do Plano de Desenvolvimento para os Campos de Petróleo e Gás Natural, anexo à presente Portaria, de acordo com o estabelecido no inciso IV do art. 44, da Lei nº 9.478, de 06/08/1997.

continua



continuação

PETRÓLEO	
Portaria ANP nº 100, de 20/06/2000	Aprova o Regulamento Técnico do Programa Anual de Produção para os campos de Petróleo e Gás Natural, anexo à Portaria.
Portaria ANP nº 114, de 05/07/2000	Regulamenta através desta Portaria, o acesso aos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras que compõem o acervo da ANP e as atividades de reprocessamento e de interpretação desses dados e informações, que serão exercidas por pessoas físicas residentes no Brasil e pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.
Portaria ANP nº 123, de 18/07/2000	Aprova o Regulamento Técnico do Programa Anual de Trabalho e Orçamento para os campos de Petróleo e Gás Natural, anexo à presente Portaria, que dispõe sobre as questões relacionadas com o acompanhamento e fiscalização das atividades de produção, de acordo com o estabelecido na Seção V, art. 43, inciso III, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.
Portaria ANP nº 249, de 01/11/2000	Aprova o Regulamento Técnico de Queimas e Perdas de Petróleo e Gás Natural, anexo à presente Portaria, que dispõe sobre as questões relacionadas com as queimas em flares e as perdas de gás natural, com os limites máximos de queimas e perdas autorizadas e não sujeitas ao pagamento de royalties e estabelece parâmetros para o controle das queimas e perdas de gás natural, de acordo com o instituído na Lei nº 9.478/97, e no Decreto nº 2.705/98.
Portaria ANP nº 251, de 07/11/2000	Regulamenta pela presente Portaria, o uso por terceiros, mediante remuneração adequada ao titular, dos terminais aquaviários, existentes ou a serem construídos, autorizados pela ANP para a movimentação de petróleo e seus derivados.
Portaria ANP nº 259, de 05/12/2000	Aprova o Regulamento Técnico do Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo e/ou Gás Natural, anexo à presente Portaria, que define o objetivo, o conteúdo e determina os procedimentos quanto a forma de apresentação do mesmo, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 44, da Lei nº 9.478/97.
Portaria ANP nº 114, de 25/07/2001	Aprova o Regulamento Técnico que define os procedimentos a serem adotados na devolução de áreas de concessão na fase de exploração.
Portaria ANP nº 283, de 14/11/2001	Aprova o Regulamento Técnico ANP nº 4/2001, que estabelece os procedimentos para a coleta de amostras de rocha e de fluidos de poços perfurados pelos operadores nas bacias sedimentares brasileiras.
Portaria ANP nº 25, de 06/03/2002	Aprova o Regulamento, que trata do abandono de poços perfurados com vistas à exploração ou produção de petróleo e/ou gás.
Portaria ANP nº 110, de 19/07/2002	Adota a Norma NBR 7505 - Armazenagem de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis - e suas atualizações, da ABNT, para o projeto de instalações destinadas à armazenagem de petróleo, seus derivados líquidos, álcool combustível ou outros combustíveis automotivos sujeitas à Autorização de Construção (AC) da Agência Nacional do Petróleo - ANP.
Portaria ANP nº 170, de 25/09/2002	Torna sujeita à autorização da ANP a atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados e gás natural por meio aquaviário, compreendendo as navegações de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo, de apoio portuário e interior.

continua



continuação

PETRÓLEO	
Portaria ANP nº 03, de 10/01/2003	Estabelece o procedimento para comunicação de incidentes, a ser adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer as atividades de exploração, produção, refino, processamento, armazenamento, transporte e distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural.
Portaria ANP nº 234, de 12/08/2003	Aprova o Regulamento que define o procedimento de imposição de penalidades.
Portaria ANP nº 03, de 10/01/2003 alterada pela Resolução ANP nº 40, de 24/11/2004	Estabelece o procedimento para comunicação de incidentes, a ser adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer as atividades de exploração, produção, refino, processamento, armazenamento, transporte e distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural.
Acórdão TCU nº 787, de 02/07/2003	Dispõe sobre o Relatório de Auditoria tendo como objetivo examinar o relacionamento entre os órgãos responsáveis pela indústria do petróleo e do meio ambiente.

► Legislação Ambiental Federal

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	
Lei nº 6.938, de 31/08/1981 (alterada pela Lei nº 10.165, de 27/12/2000)	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Decreto nº 99.274, de 6/06/1990	Regulamenta a Lei 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.
LICENCIAMENTO	
Lei nº 6.938, de 31/08/1981 (alterada pela Lei nº 10.165, de 27/12/2000)	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 01, de 23/01/1986	Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.
Resolução CONAMA nº 13, de 6/12/1990	Dispõe que as atividades que possam afetar a biota da Unidade de Conservação serão definidas pelo órgão responsável por cada Unidade de Conservação, juntamente com os órgãos licenciadores e de meio ambiente.
Resolução CONAMA nº 23, de 7/12/1994	Institui procedimentos específicos para o licenciamento das atividades relacionadas à exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural.
Resolução CONAMA nº 02, de 18/04/1996	Determina que para o licenciamento de atividades de relevante impacto ambiental, terão como um dos requisitos, a implantação de uma Unidade de Conservação, a fim de minimizar os danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas.

continua



continuação

LICENCIAMENTO	
Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997	Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental.
Resolução CONAMA nº 306, de 05/07/2002	Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais, objetivando avaliar os sistemas de gestão e controle ambiental nos portos organizados e instalações portuárias, plataformas e suas instalações de apoio e refinarias, tendo em vista o cumprimento da legislação vigente e do licenciamento ambiental.
Portaria IBAMA nº 166-N, de 15/12/1998	Cria o Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear - ELPN, vinculado ao Programa de Análise e Licenciamento Ambiental, instituído pela Portaria IBAMA nº 16/98, localizado na cidade do Rio de Janeiro - RJ.
Portaria IBAMA nº 127, de 28/09/2001	Institui o Centro de Licenciamento Ambiental Federal - CELAF, com atuação em todo o território nacional.
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
Lei nº 9.985, de 18/07/2000	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e institui a compensação ambiental (art. 36 e parágrafos)
Decreto nº 4.340, de 22/08/2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
Decreto nº 5.566, de 26/10/2005	Dá nova redação ao caput do art. 31 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.
PUBLICIDADE E PARTICIPAÇÃO POPULAR	
Lei nº 10.650, de 16/04/2003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.
Resolução CONAMA nº 6, de 24/01/1986	Aprova os modelos de publicação de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova os novos modelos para publicação.
Resolução CONAMA nº 09, de 3/12/1987	Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas.
Resolução CONAMA nº 281, de 12/07/2001	Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento.
FAUNA	
Lei nº 5.197, de 3/01/1967	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
Lei nº 7.643, de 18/12/1987	Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.
Decreto-Lei nº 221, de 28/02/1967	Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.
Decreto nº 92.446, de 07/03/1986	Promulga a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção

continua



continuação

FAUNA	
Decreto nº 2.519, de 16/03/1998	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica.
Decreto nº 3.842, de 13/06/2001	Promulga a Convenção Interamericana para a Proteção e a Conservação das Tartarugas Marinhas, concluída em Caracas, em 1º de dezembro de 1996.
Decreto nº 4.339, de 22/08/2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.
Decreto nº 4.361, de 05/09/2002	Promulga o Acordo para Implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de dezembro de 1982 sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios.
Instrução Normativa MMA nº 02, de 26/05/2003	Publica as listas das espécies incluídas nos Anexos I, II e III da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.
Instrução Normativa MMA nº 03, de 27/05/2003	Dispõe sobre as Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção que especifica.
Instrução normativa MMA nº 05, de 21/05/2004	Reconhece como espécies ameaçadas de extinção e espécies sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração, os invertebrados aquáticos e peixes que especifica.
Instrução Normativa MMA nº 14, de 14/10/2004	Proíbe, anualmente, o exercício da pesca de camarão-rosa, camarão sete-barbas e camarão branco, com quaisquer artes de pesca, nas áreas e períodos que menciona.
Instrução Normativa MMA nº 08, de 29/04/2005	Estabelece os tamanhos mínimos de captura das espécies <i>Panulirus argus</i> (lagosta vermelha) e <i>Panulirus laeviscauda</i> (lagosta cabo verde), os petrechos de pesca, nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.
Portaria SUDEPE nº 18, de 29/10/1976	Proíbe a captura de tartarugas marinhas.
Portaria IBAMA nº 137, de 12/12/1994	Proíbe o exercício da pesca da lagosta vermelha (<i>Panulirus argus</i>) e lagosta cabo verde (<i>P. laeviscauda</i>), anualmente, no período de 1 de janeiro a 30 de abril, no mar territorial brasileiro (faixa de doze milhas marítimas) e na Zona Econômica Exclusiva brasileira.
Portaria IBAMA nº 11, de 30/01/1995	Dispõe sobre medidas para proteção e manejo das tartarugas marinhas existentes no Brasil, Proibindo qualquer fonte de iluminação que ocasione intensidade luminosa superior a Zero LUX, numa faixa de praia compreendida entre a linha de maior baixa-mar até 50 m (cinquenta metros) acima da linha de maior preamar do ano (maré de sizígia) nas regiões que especifica.
Portaria IBAMA nº 70, de 06/08/1996	Normatiza a comercialização de espécies de quelônios (tartarugas)
Portaria IBAMA nº 117, de 26/12/1996	Institui regras relativas à Prevenção do Molestamento de Cetáceos (Baleias) encontrados em áreas brasileiras.
Portaria IBAMA nº 34, de 24/06/2003	Proíbe, anualmente, no período de 01/12 a 31/05, a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de fêmeas da espécie <i>Ucides cordatus</i> , conhecido popularmente por caranguejo, caranguejo-uçá, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.
Portaria IBAMA nº 83, de 23/09/2004	Cria o Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas - CGSL

continua



continuação

VEGETAÇÃO	
Lei nº 4.771, de 15/09/1965	Institui o novo Código Florestal.
Decreto nº 1.282, de 19/10/1994	Regulamenta os arts. 15, 19, 20 e 21, do Código Florestal, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 303, de 20/03/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
Lei nº 6.902, de 27/04/1981	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
Lei nº 9.985, de 18/07/2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, inciso I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Decreto nº 84.017, de 19/09/1979	Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.
Decreto nº 4.340, de 22/08/2002	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 04, de 18/09/1985	Define Reservas Ecológicas, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 13, de 6/12/1990	Dispõe que as atividades que possam afetar a biota da Unidade de Conservação serão definidas pelo órgão responsável por cada Unidade de Conservação, juntamente com os órgãos licenciadores e de meio ambiente.
Resolução CONAMA nº 02, de 18/04/1996	Determina que para o licenciamento de atividades de relevante impacto ambiental, terão como um dos requisitos, a implantação de uma Unidade de Conservação, a fim de minimizar os danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas.
ÁGUA	
Resolução CONAMA nº 274, de 29/11/2000	Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas, em todo o Território Nacional, bem como determina os padrões de lançamento.
Resolução CONAMA nº 357, de 17/03/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
GERENCIAMENTO COSTEIRO	
Lei nº 7.661, de 16/05/1988	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
Lei nº 9.537, de 11/12/1997	Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
Lei nº 8.617, de 4/01/1993	Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.
Lei nº 8.630, de 25/02/1993	Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências.

continua



continuação

GERENCIAMENTO COSTEIRO	
Decreto nº 1.530, de 22/06/1995	Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982.
Decreto nº 5.300, de 07/12/2004	Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.
Resolução CIRM nº 01, de 21/11/1990	Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).
Resolução CIRM nº 5, de 3/12/1997	Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (PNGC II).

CONTROLE DA POLUIÇÃO	
POLUIÇÃO POR ÓLEO	
Lei nº 9.966, de 28/04/2000	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
Decreto nº 79.437, de 28/03/1977	Promulga a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo-1969.
Decreto nº 83.540, de 4/06/1979	Regulamenta a aplicação da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, de 1969, e dá outras providências.
Decreto nº 87.566, de 16/09/1982	Promulga o texto da Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, concluída em Londres, a 29 de dezembro de 1972.
Decreto nº 2.508, de 4/03/1998	Promulga a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, concluída em Londres, em 2 de novembro de 1973, seu Protocolo, concluído em Londres, em 17 de fevereiro de 1978, suas Emendas de 1984 e seus Anexos Opcionais III, IV e V.
Decreto nº 2.870, de 10/12/1998	Promulga a Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, assinada em Londres, em 30 de novembro de 1990.
Decreto nº 4.136, de 20/02/2002	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.
Decreto nº 4.871, de 06/11/2003	Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 269, de 14/09/2000	Dispõe sobre a produção, importação, comercialização e uso de dispersantes químicos para as ações de combate aos derrames de petróleo e seus derivados no mar somente poderão ser efetivados após a obtenção do registro do produto junto ao IBAMA, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 293, de 12/12/2001	Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio, e orienta a sua elaboração.

continua



continuação

POLUIÇÃO POR ÓLEO	
Portaria IBAMA nº 64-N, de 19/06/1992	Estabelece critérios a serem adotados pelo IBAMA para concessão de Registro Provisório aos dispersantes químicos empregados nas ações de combate aos derrames de petróleo e seus derivados.
Portaria IBAMA nº 28, de 01/03/2001	Cria o Programa Nacional de Vigilância para Prevenção e Monitoramento de Derrames de Óleo com finalidade de dar cumprimento às atribuições do IBAMA.
Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 14/07/2000	"Estabelece critérios a serem adotados pelo IBAMA para concessão de registro de dispersantes químicos empregados nas ações de combate a derrames de petróleo e seus derivados no mar".
Portaria ANP nº 03, de 10/01/2003 alterada pela Resolução ANP nº 40, de 24/11/2004	Estabelece o procedimento para comunicação de incidentes, a ser adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer as atividades de exploração, produção, refino, processamento, armazenamento, transporte e distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural.
RESÍDUOS	
Decreto nº 875, de 19/07/1993	Promulga o texto da Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.
Decreto nº 5.098, de 03/06/2004	Dispõe sobre a criação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - P2R2, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 02, de 22/08/1991	Dispõe sobre as cargas deterioradas, contaminadas, fora de especificação ou abandonadas deverão ser tratadas como fontes potenciais de risco para o meio ambiente até manifestação do Órgão de Meio Ambiente competente.
Resolução CONAMA nº 06, de 19/09/1991	"Desobriga a incineração ou qualquer outro tratamento de queima dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos, ressalvados os casos previstos em lei e acordos internacionais".
Resolução CONAMA nº 05, de 5/08/1993	Estabelece normas relativas aos resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários.
Resolução CONAMA nº 09, de 31/08/1993	Determina que todo o óleo lubrificante usado ou contaminado será, obrigatoriamente, recolhido e terá uma destinação adequada, de forma a não afetar negativamente o meio ambiente, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 23, de 12/12/1996 (alterada pela CONAMA nº 235, de 7/01/1998)	Estabelece critérios para importação/exportação de resíduos sólidos, estabelecendo ainda a classificação desses resíduos.
Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/1999	Dispõe sobre o uso de pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, necessárias ao funcionamento de quaisquer tipos de aparelhos, veículos ou sistemas, móveis ou fixos, bem como os produtos eletro-eletrônicos que as contenham integradas em sua estrutura de forma não substituível, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.
Resolução CONAMA nº 313, de 29/10/2002	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.

continua



continuação

RESÍDUOS	
Resolução CONAMA nº 314, de 29/10/2002	Dispõe sobre o registro de produtos destinados à remediação e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 316, de 29/10/2002	Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.
PADRÕES DE EMISSÃO DE POLUENTES ATMOSFÉRICOS E DE RUÍDOS	
Resolução CONAMA nº 05, de 15/06/1989	Institui o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 03, de 28/06/1990	Dispõe sobre a Qualidade do Ar, definições e padrões.
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Lei nº 9.795, de 27/04/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Decreto nº 4.281, de 25/06/2002	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
RESPONSABILIDADES CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL	
Lei nº 7.347, de 24/07/1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (Vetado) e dá outras providências.
Lei nº 9.605, de 12/02/1998	Lei de Crimes Ambientais – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Decreto nº 3.179, de 21/09/1999 alterado pelo Decreto nº 5.523, de 25/08/2005	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 31/10/2003	Estabelece os procedimentos para a aplicação da conversão de multa administrativa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	
ÓRGÃO AMBIENTAL	
Lei nº 9.960, de 28/01/2000	Institui a Taxa de Serviços Administrativos - TSA, em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, estabelece preços a serem cobrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, cria a Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA, e dá outras providências.
Portaria Normativa IBAMA nº 01, de 4/01/1990	Institui a cobrança no fornecimento de Licença Ambiental, e dá outras providências.

continua



continuação

ÓRGÃO AMBIENTAL	
Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 17/08/2001	Obriga a inscrição no Cadastro Técnico Federal das pessoas físicas e jurídicas que se dedicam à consultoria técnica relacionada a questões ambientais e à indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividade efetiva, ou potencialmente poluidoras, e as que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.
AUTORIDADE MARÍTIMA/PORTUÁRIA	
Lei nº 7.652, de 03/02/1988	Dispõe sobre o registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.
Resolução CONPORTOS nº 10, de 20/10/2003	Aprova os procedimentos a serem observados para a análise dos Estudos de Avaliação de Risco das Instalações Portuárias.
Resolução CONPORTOS nº 19, de 18/12/2003	Dispõe sobre a Certificação das Instalações Portuárias.
NORMAM-01	Normas da autoridade marítima para embarcações empregadas na navegação de mar aberto.
NORMAM-04	Normas da autoridade marítima para operação de embarcações estrangeiras em águas sob jurisdição nacional.
NORMAM-05	Normas da autoridade marítima para homologação de material e autorização de estações de manutenção.
NORMAM-09	Normas para inquéritos administrativos sobre acidentes e fatos da navegação (IAFN).
NORMAM-08	Normas da autoridade marítima para tráfego e permanência de embarcações em águas sob jurisdição nacional.
NORMAM-10	Normas da autoridade marítima para pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos.
NORMAM-11	Normas da autoridade marítima para obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas sob jurisdição brasileiras.
NORMAM-12	Norma de autoridade marítima para o serviço de praticagem em águas jurisdicionais brasileira (AJB).
NORMAM-13	Normas da autoridade marítima para aquaviários e amadores.
NORMAM-14	Normas da autoridade marítima para cadastramento de empresas de navegação, peritos e sociedades classificadoras.
NORMAM-15	Normas da autoridade marítima para atividades subaquáticas.
NORMAM-16	Normas da autoridade marítima para estabelecer condições e requisitos para concessão e delegação das atividades de assistência e salvamento de embarcações, coisa ou bem, em perigo no mar, nos portos e vias navegáveis interiores.
NORMAM-17	Normas da autoridade marítima para a sinalização náutica.
NORMAM-20	Normas reguladoras quanto ao gerenciamento da água de lastro.



► **Legislação Ambiental Estadual**

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	
Estado do Rio de Janeiro	Título VII - Da Ordem Econômica Financeira e Do Meio Ambiente Capítulo VIII - Do Meio Ambiente (art. 261 a 282)
Estado do Espírito Santo	Título VII - Da Ordem Social Capítulo VIII - Da Educação; da Cultura; do Desporto e Lazer; do Meio Ambiente; e da Ciência e da Tecnologia. Seção IV – Do Meio Ambiente (art. 186 a 196)
POLÍTICA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	
Estado do Rio de Janeiro	Decreto-Lei nº 134, de 16/06/1975 - Dispõe sobre a prevenção e o controle da Poluição do Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Estado do Espírito Santo	Lei nº 4.126, de 25/07/1988 - Dispõe sobre a Política estadual de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente. Cria e inclui na estrutura organizacional do Poder Executivo, a Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente - SEAMA. Lei nº 4.701, 08/12/1992 - Garante aos cidadãos, meio ambiente ecologicamente equilibrado e exige sua preservação para gerações futuras.
ZONEAMENTO	
Estado do Rio de Janeiro	Lei nº 4.063, de 02/01/2003 - Fica determinada a realização do zoneamento ecológico-econômico do Estado do Rio de Janeiro, observados, no que couber, os princípios e objetivos estabelecidos no Decreto Federal nº 4.297/2002, que estabelece os critérios para zoneamento ecológico-econômico do Brasil. Decreto nº 35.034, de 24/03/2004 - Regulamenta a Lei nº 4.063, de 02 de janeiro de 2003.
Estado do Espírito Santo	N/A
LICENCIAMENTO	
Estado do Rio de Janeiro	Lei nº 1.356, de 3/10/1988 - Dispõe sobre os procedimentos vinculados a elaboração, análise e aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental. Lei nº 4.235, de 02/12/2003 - Altera a Lei nº 1.356, de 03 de outubro de 1988, que dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos estudos de impacto nº 1.356 de 03 de outubro de 1988, que dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos Estudos de Impacto Ambiental. Decreto nº 1.633, de 21/12/1977 - Regulamenta, em parte, o Decreto-Lei nº 134, de 16.06.75, e institui o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras. Portaria FEEMA nº 1.393, de 5/12/1996 - Uniformiza procedimentos Administrativos referentes ao Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras-SLAP DZ 41.R-13 - Diretriz para a implementação do estudo de impacto ambiental (EIA) e do respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA).



continuação

LICENCIAMENTO	
Estado do Espírito Santo	Lei nº 5377/ 22/01/1997 - Regulamenta o artigo 187, § 3º, da Constituição Estadual, que dispõe sobre a apreciação de licenciamentos que envolvam a análise de relatórios de impacto ambiental, pela comissão permanente específica da Assembléia Legislativa.
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
Estado do Rio de Janeiro	Resolução SEMADUR nº 78, de 25/11/2004 - Cria a Câmara de Compensação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro.
Estado do Espírito Santo	N/A
PUBLICIDADE E PARTICIPAÇÃO POPULAR	
Estado do Rio de Janeiro	Lei nº 3.346, de 29/12/1999 - Autoriza o Poder Executivo a criar o Banco de Dados Ambientais - BDA. Deliberação CECA nº 2.555, de 26/11/1991 - Regulamenta a realização de audiências públicas, como parte do processo de licenciamento de atividades poluidoras sujeitas à apresentação de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. NA-43.R4 - Participação e acompanhamento da comunidade no processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). NA-052.R-1 - Regulamentação para publicação das licenças obrigatórias e do início do estudo de impacto ambiental do sistema de licenciamento de atividades poluidoras.
Estado do Espírito Santo	Lei nº 4428, 03/08/1990 - Dispõe sobre o referendo popular para decidir sobre a instalação e operação de obras ou atividades que agredam ao meio ambiente.
AUDITORIA AMBIENTAL	
Estado do Rio de Janeiro	Lei nº 1.898, de 26/11/1991 - Dispõe sobre a realização de Auditorias Ambientais. Decreto nº 21.470A, de 05/06/1995 - Regulamenta a Lei nº 1.898, de 26 de novembro de 1991, que "dispõe sobre a realização de auditorias ambientais".
Estado do Espírito Santo	Lei nº 4802 de 16/08/1993 - Determina a realização de auditorias periódicas para implementação da política de proteção ambiental. Decreto nº 6795- /94 – Regulamenta a Lei nº 4802 de 16/08/1993
GERENCIAMENTO COSTEIRO	
Estado do Rio de Janeiro	Lei nº 1.204, de 7/10/1987 - Institui o Comitê de Defesa do Litoral do Estado do Rio de Janeiro - CODEL e dá outras providências. Lei nº 3.192, de 15/03/1999 - Dispõe sobre o direito dos pescadores, assegurado pelo § 3º do art. 257 da constituição do Estado do Rio de Janeiro, às terras que ocupam. Decreto nº 11.376, de 02/06/1988 - Institui o Comitê de Defesa do Litoral do Estado do Rio de Janeiro - CODEL-RJ, e dá outras providências.
Estado do Espírito Santo	Lei nº 5816, de 23/12/1998 - Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo - PEGC/ES

continua



continuação

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
Estado do Rio de Janeiro	<p>Lei nº 1.681, de 19/07/1990 - Dispõe sobre a elaboração do Plano Diretor das áreas de proteção ambiental criadas no Estado, e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 2.393, de 20/04/1995 - Dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Lei nº 3.443, de 14/07/2000 - Regulamenta o Art. 27 das Disposições Transitórias e os arts. 261 e 271 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e estabelecem a criação dos Conselhos Gestores para as Unidades de Conservação Estaduais e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 3.490, de 14/11/2000 - Dispõe sobre a sinalização de locais de interesse ecológico.</p> <p>Decreto nº 15.984, de 27/11/1990 - Regulamenta, em parte, a Lei nº 1.681, de 19.7.90 e dá outras providências.</p>
Estado do Espírito Santo	<p>Lei nº 5.641, de 14/05/1998 - Dispõe sobre conservação de nascentes naturais e saneamento de cursos d' água e lagos do Estado.</p>
FAUNA	
Estado do Rio de Janeiro	<p>Lei nº 3.437, de 07/07/2000 - Dispõe sobre a apreensão e o acautelamento de pássaros e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 3.900, de 19/07/2002 - Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>NT-319 - Critérios de qualidade de água para preservação de fauna e flora marinha - naturais. (Aprovada pela Deliberação CECA Nº 016, de 19.01.78)</p>
Estado do Espírito Santo	<p>Lei nº 6.979, 26/12/2001 - Cria proteção a fauna aquática e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 8.060, de 23/06/2005 - Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais no âmbito do Estado do Espírito Santo.</p> <p>Decreto nº 1.499-R de 14/06/05, que declara as espécies da Fauna e Flora silvestres ameaçadas de extinção no Estado do Espírito Santo.</p>
CONTROLE DA POLUIÇÃO	
Estado do Rio de Janeiro	<p>Decreto-Lei nº 134, de 16/06/1975 - Dispõe sobre a prevenção e o controle da Poluição do Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 855, de 17/06/1985 - Dispõe sobre a divulgação, pelo Poder Executivo, dos dados relativos ao controle da poluição no Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>Lei nº 2.011, de 10/07/1992 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de Programa de Redução de Resíduos.</p> <p>Lei nº 4.191, de 30/09/2003 - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 4.324, de 12/05/2004 - Estabelece diretrizes visando a garantia da saúde auditiva da população do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>DZ-949.R-0 - Diretriz de Implantação Programa. "Bolsa de Resíduos".</p> <p>DZ.1310.R-7 - Sistema de Manifesto de Resíduos</p> <p>DZ.1311.R-4 - Diretriz de Destinação de Resíduos.</p>

continua



continuação

CONTROLE DA POLUIÇÃO	
Estado do Espírito Santo	<p>Lei nº 3.708, de 09/01/1985 - Proíbe a instalação de Indústrias que provoquem a poluição do meio ambiente nos balneários e em regiões montanhosas de vocação turística.</p> <p>Lei nº 5176/1996, 04/01/1996 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do tratamento de substâncias acumuladoras de energia ou que causem danos ao meio ambiente.</p> <p>Lei nº 6.175, de 10/02/2000 - Propõe a elaboração de um Plano Diretor de Resíduos para o Estado do Espírito Santo.</p> <p>Lei nº 7.336, de 15/10/2002 - Proíbe a importação e a tramitação no Estado, de material poluente.</p>
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Estado do Rio de Janeiro	<p>Lei nº 3.325, de 17/12/1999 - Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal nº 9.795/99 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.</p>
Estado do Espírito Santo	<p>Lei nº 7.403, de 10/12/2002 - Institui o Programa Estadual de Educação Ambiental. <u>Revogada pela Lei 7669/03.</u></p>
PETRÓLEO	
Estado do Rio de Janeiro	<p>Lei nº 3.801, de 03/04/2002 - Institui e impõe normas de segurança para operações de exploração, produção, estocagem e transporte de petróleo e seus derivados, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, regulamenta em parte o art. 276 da Constituição Estadual e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 4.255, de 29/12/2003 - Dispõe sobre a instalação e funcionamento de oleodutos no território do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.</p> <p>Decreto nº 24.270, de 6/05/1998 - Institui o Programa Setorial de Desenvolvimento da Indústria do Petróleo no Estado do Rio de Janeiro - RIOPETRÓLEO.</p> <p>Decreto nº 33.975, de 29/09/2003 - Concede benefício fiscal para as indústrias naval, petrolífera e náutica do Estado do Rio de Janeiro.</p>
Estado do Espírito Santo	<p>Lei nº 6646/ 16/04/2001 - Ficam as empresas exploradoras de petróleo e gás natural, no território ou mar territorial do Estado, obrigadas a apresentar relatório de toda sua produção e destino, para a Assembleia Legislativa deste Estado, até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano.</p> <p>Lei nº 6878/ 21/11/2001 - Autoriza o Poder Executivo a utilizar crédito de royalties e participações especiais incidentes sobre petróleo e gás natural.</p> <p>Lei nº 7975/ 05/04/2005 - Institui e impõe normas de segurança para operações de exploração, produção, estocagem e transporte de petróleo e seus derivados, no âmbito do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.</p>

continua



continuação

RESPONSABILIDADE CIVIL, ADMINISTRATIVA E PENAL	
Estado do Rio de Janeiro	Lei nº 3.467, de 14/09/2000 - Dispõe sobre as Sanções Administrativas derivadas de condutas lesivas ao Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Decreto nº 8.974, de 15/05/1986 - Regulamenta a aplicação das penalidades previstas no Decreto-Lei nº 134, de 16.06.75, e dá outras providências.
Estado do Espírito Santo	Lei nº 7.058, 22/01/2002 - Dispõe sobre a fiscalização, infrações e penalidades relativas a proteção ao meio ambiente no âmbito da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente.